

RELATÓRIO

ATIVIDADES 2025



Sumário

1 INTRODUÇÃO

- 1.1 Mapa Histórico Atuação
- 1.2 Eixos
- 1.3 Organograma atuação

2 ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR

- 2.1 São Domingos
- 2.2 Comunidades CIC
 - 2.1.1 Nova Primavera
 - 2.1.2 Tiradentes Doação Terreno
 - 2.1.3 Dona Cida
- 2.3 Chacrinha - Vila Esperança
- 2.4 Elza Soares
- 2.5 Rio Negro
- 2.6 Litigância estratégica**
 - 2.6.1 Ação Civil Pública Essencis

3 PROJETOS

- 3.1 Cidadania & Território
 - 3.1.1 CIC
 - 3.1.2 CHACRINHA
 - 3.1.3 FORMAÇÃO E CULTURA
- 3.2 Nossa Bici

03

04

05

06

07

08

09

10

11

12

13

14

15

16

17

19

19

20

21

22

23

5 FÓRUMS E ARTICULAÇÕES

- 4.1 Renap
 - 4.1.1 RENAP/PR
 - 4.1.2 Encontro Estadual RENAP
 - 4.1.3 Encontro Nacional
- 4.2 BrCidades
 - 4.2.1 Fórum Nacional Reforma Urbana
- 4.3 Campanha Despejo Zero
 - 4.3.1 Seminário Soluções Fundiárias
- 4.4 Articulação Mobilidade Popular AMP

5 CAMPANHAS E AÇÕES

- 5.1 Direito e Saúde Trabalhadores
- 5.2 Socioambiental
- 5.3 Incidência Legislativa
- 5.4 Parcerias, apoios e contrapartida social

APOIADORES

25

26

27

28

29

30

30

31

32

33

35

35

36

39

40

43



1. INTRODUÇÃO

12 anos de conquistas

O Instituto Democracia Popular (IDP) consolidou-se como uma organização fundamental na luta pelo direito à cidade e pela justiça social em Curitiba e região, atuando na intersecção entre o saber acadêmico, o sindicalismo e os movimentos populares.

Com o reconhecimento de sua relevância através da declaração de utilidade pública municipal e do prestigioso **prêmio Periferia Viva 2024** pelo projeto "Cidadania e Território", o IDP tem transformado a realidade urbana por meio de incidência política e estratégia jurídica.

Entre suas conquistas mais expressivas estão o ajuizamento de dezenas de ações de usucapião na Vila São Domingos, a garantia da posse em diversas ocupações da CIC e de Palmas (PR), através de negociações complexas, e a resistência contra remoções no Ribeirão dos Padilhas.

Além de promover a formação em economia política e dar visibilidade a candidaturas femininas, o Instituto atua diretamente na melhoria do cotidiano das comunidades — desde a conquista de infraestrutura urbana e transporte público até a implementação de soluções de mobilidade sustentável, como o projeto Nossa Bici, e a defesa ambiental contra irregularidades em aterros sanitários, reafirmando seu compromisso com a dignidade e a soberania das populações periféricas.

Mapa Atuação



**Atuação fora
do município
de Curitiba**

Ocupações:



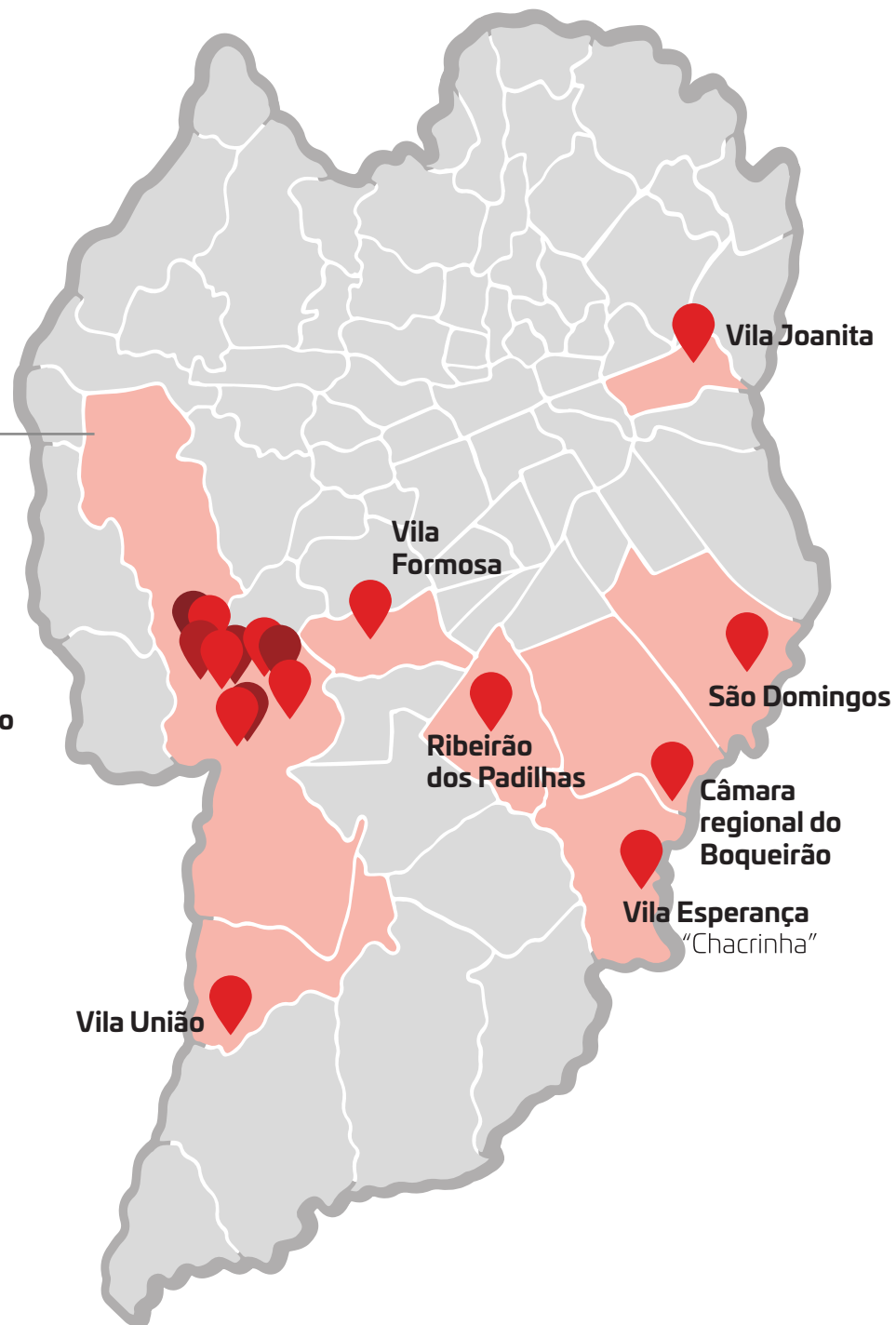
**Marielle Franco
Elza Soares**
PALMAS / PR



Rio Negro
ARAUCÁRIA / PR

CIC

Vila Camargo
Nova Barigui
Nova Conquista
Vila Esperança
Sete de Setembro
Vila Sabará
Nova Primavera
Tiradentes
Dona Cida
29 de Março



Eixos Atuação

O Instituto Democracia Popular (IDP) estrutura sua atuação em dois eixos fundamentais que se complementam na busca por uma sociedade mais justa: **o Direito à Cidade e o Direito à Saúde do Trabalhador.**



Direito à Cidade

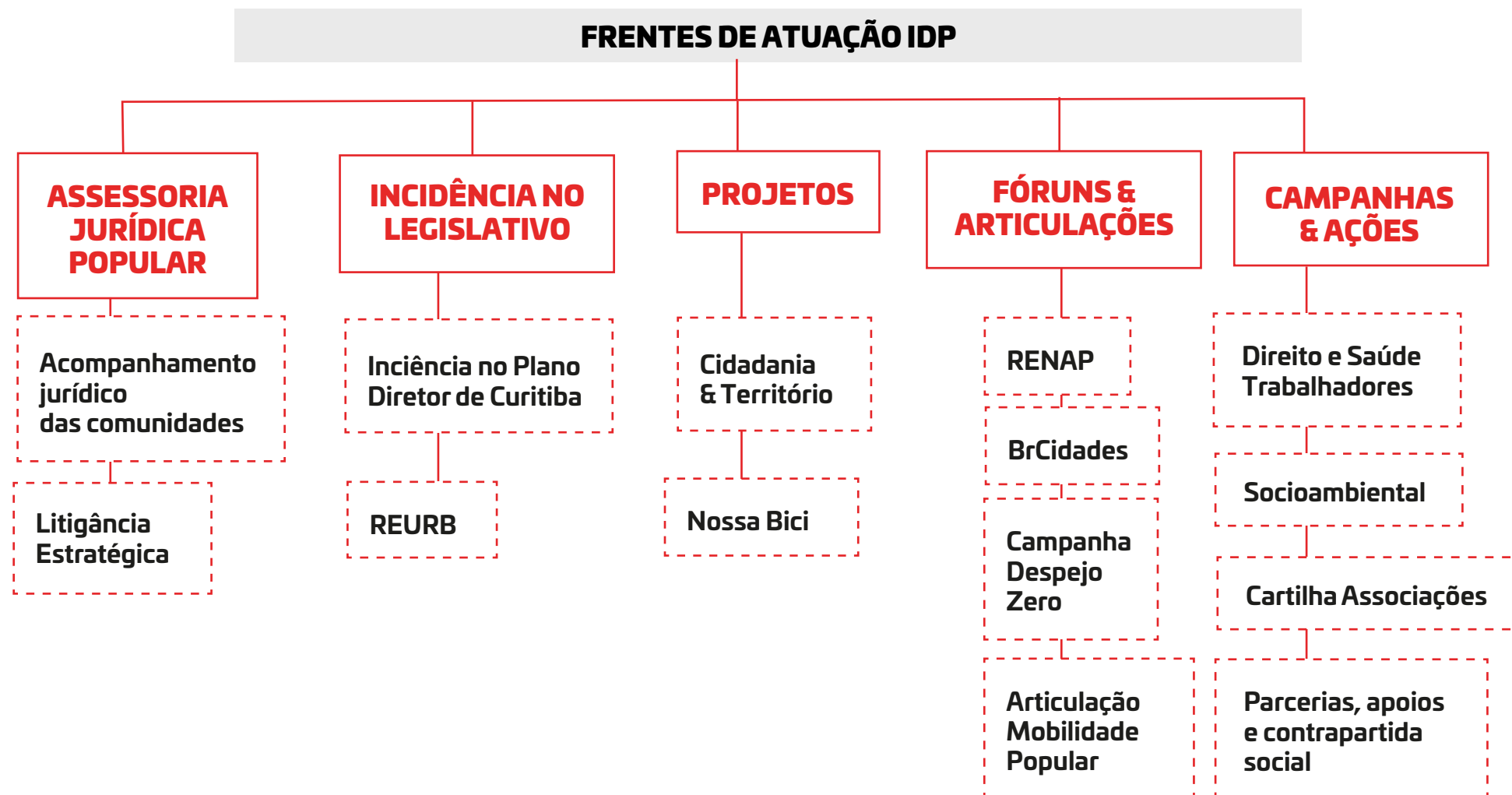
O Instituto dedica-se à produção de conhecimento e à articulação de setores populares em defesa de um território urbano sustentável e igualitário. Essa perspectiva é pautada pela reforma urbana, enfrentando diretamente a especulação imobiliária e a privatização de serviços públicos por meio da ampliação de práticas democráticas e da qualificação dos movimentos sociais.

Direito e Saúde de Trabalhadores

Simultaneamente, o eixo voltado ao Direito à Saúde do Trabalhador busca fortalecer a classe trabalhadora a partir de uma visão coletiva e da defesa de seus direitos sociais. Para isso, o IDP promove frentes de pesquisa e formação, capacitando tanto os trabalhadores para a apropriação de seus direitos quanto dialogando com sindicatos, universidades e órgãos da Justiça do Trabalho para avançar o debate técnico e político sobre o tema.

Essas frentes de atuação interseccionam-se a partir da ideia transversal de democracia popular, fundamentada no princípio da igualdade. Na prática, a atuação da equipe une a luta pelo território à luta pelo trabalho digno, norteando-se pelo protagonismo popular, pela justiça social e pelo respeito aos direitos humanos. Assim, o IDP busca não apenas assessorar tecnicamente esses grupos, mas promover a autonomia dos sujeitos e a requalificação da democracia brasileira.

Organograma Atuação





2. Assessoria Jurídica Popular

A assessoria jurídica popular é o método pelo qual o Instituto trabalha em parceria com as comunidades e pessoas atendidas para a promoção do acesso à justiça e reivindicação do direito à cidade, a moradia, a saúde dos trabalhadores e a reafirmação da democracia.

Tem como objetivo promover a defesa jurídica e processual das comunidades acompanhadas, seja na defesa em ações possessórias coletivas ou nas demandas por regularização fundiária. É realizada sempre em conjunto com movimentos sociais, lideranças comunitárias ou associações de moradores e busca colaborar com a organização política e a luta coletiva dos moradores por melhores condições de vida.

2.1 São Domingos

A atuação do IDP na Vila São Domingos começou nos primeiros anos de existência do Instituto, por volta de 2012. Na época, os moradores enfrentavam uma proposta de indenização como forma de regularização da área, originada de um processo de reintegração de posse de 1984.

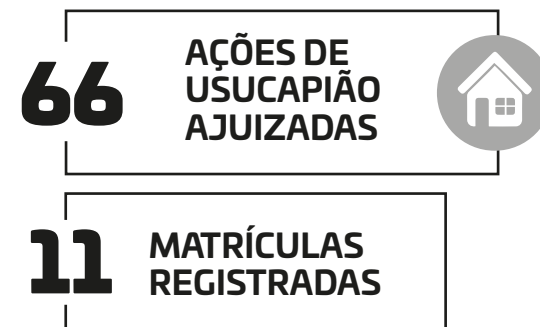
A proposta previa valores altos e injustos, especialmente considerando que os próprios moradores haviam custeado a pavimentação das ruas e as ligações de água e energia elétrica.

Diante dessa situação, moradores do bairro Cajuru se organizaram em uma associação comunitária, assumindo papel central no processo de urbanização da área. Foi por meio dessa mobilização que buscaram alternativas viáveis para alcançar a tão sonhada regularização fundiária e a titulação de suas casas.

A partir da articulação entre a associação de moradores e o IDP, surgiu a proposta de ajuizamento de ações de usucapião individuais. Esse processo exigiu uma organização coletiva para o levantamento de dados sobre o território e o histórico de ocupação da região.

Ao todo, o IDP ajuizou 66 ações de usucapião. Até agora, 11 matrículas já foram emitidas e entregues em mãos aos moradores. Outras três ações já foram julgadas procedentes e estão em fase final de tramitação para emissão das matrículas definitivas. Neste último ano protocolamos a última ação de usucapião da Vila São Domingos.

A assessoria jurídica popular do IDP segue viva em cada uma das 55 ações ainda ativas, a cada matrícula conquistada, reafirmamos nosso compromisso com a luta pelo direito à moradia digna.





2.2 Comunidades CIC

Cidade Industrial de Curitiba

O complexo formado pelas comunidades Nova Primavera, Tiradentes, Dona Cida e 29 de março localizadas na Cidade Industrial de Curitiba consiste em um importante núcleo de ocupações urbanas que reúne mais de cinco mil moradores. Organizadas pelo Movimento Popular de Moradia e por associações de moradores locais, essas comunidades reivindicam alternativas habitacionais para a população de baixa renda e denunciam a ausência de políticas públicas populares na cidade de Curitiba.

Desde a sua fundação o IDP mantém relações com as áreas, realizando a defesa processual nas ações de reintegrações de posse das comunidades e colaborando com a luta por políticas públicas dessas comunidades.

2.2.1 Nova Primavera

A Ocupação Nova Primavera foi fundada em 2012 e é a primeira ocupação dentre as quatro comunidades, está localizada em imóvel situado à Estrada Velha do Barigui, de propriedade da empresa Damiani, que atua no ramo da construção civil e ajuizou ação de reintegração de posse desde os primórdios da ocupação da área.

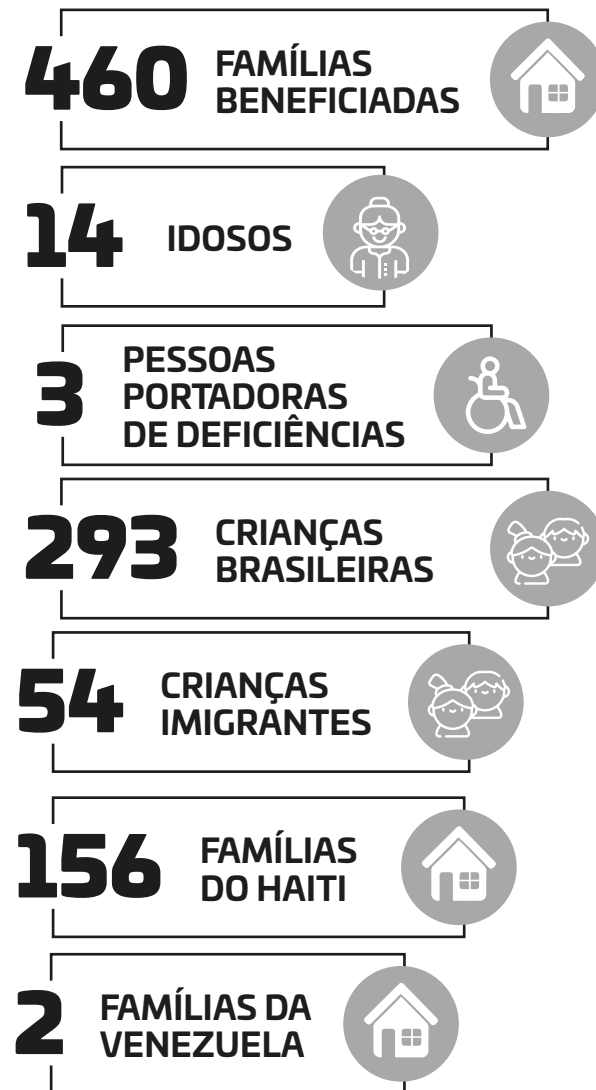
Desde então, houveram constantes discussões no bojo do processo que levaram, em 2019, à revogação da decisão liminar de reintegração de posse, considerando a situação fática do imóvel e a legítima expectativa dos moradores em permanecer na área. Diante dessa alteração os debates passaram a ser direcionados para possível indenização da empresa proprietária, não subsistindo a pretensão de reintegração de posse.

Em 2022 o processo foi remetido para atuação da Comissão de Soluções Fundiárias do TJPR, instância inédita para tratamento das questões possessórias coletivas no Estado, que realizou uma visita técnica na área seguida de audiências de mediação via CEJUSC fundiária. Foram realizadas cinco audiências ao longo de

2023, sendo possível, ao final, firmar acordo para conversão do rito processual de ação possessória para um rito que contemple a solução por meio da desapropriação indireta da área.

O caso da Nova Primavera consiste em uma das primeiras vitórias obtidas nos casos acompanhados pelo IDP. Atualmente, a ação de reintegração de posse foi convertida para perdas e danos através da desapropriação indireta com condenação da Prefeitura Municipal de Curitiba, considerando se tratar de área de interesse social que foi objetivo de diversas benfeitorias realizadas pelo poder público.

Infelizmente, no transcorrer do ano de 2024, a comunidade passou a enfrentar novo processo de reintegração de posse. O processo foi ajuizado em 2018 a partir da base dominial de matrículas diferentes do processo já convertido em perdas e danos. Esse processo também foi encaminhado para a Comissão de Soluções Fundiárias do TJ/PR e está passando por sua intermediação no momento.



2.2.2 Tiradentes

A comunidade Tiradentes, iniciada em 2015, está localizada na Rua dos Palmenses, a área é de propriedade da massa falida da empresa Stripes, à época da ocupação o terreno foi sublocado pela empresa Solvi Essencis S.A., administradora do aterro sanitário localizado no terreno ao lado da Tiradentes.

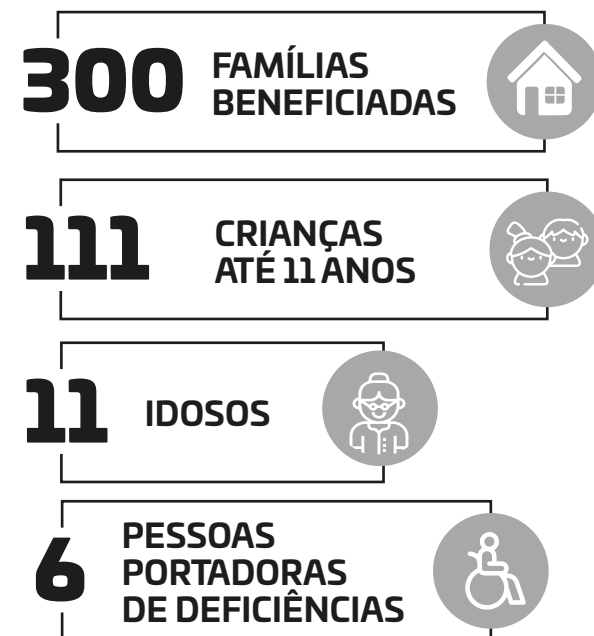
Em razão dessa situação, a área foi reivindicada por meio de dois processos judiciais diferentes em que houve deferimento de decisões liminares de reintegração, mas que os mandados nunca foram cumpridos. Dessa forma, a comunidade caminhou para sua consolidação, com reordenamento territorial, adequação das vias e delimitação dos lotes de moradores, visando a regularização fundiária e permanência na área.

Em 2022 o caso foi remetido para a Comissão de Soluções Fundiárias do TJ-PR, com realização de visita técnica seguida por audiências de conciliação no CEJUSC Fundiário. A proprietária do imóvel, Massa Falida Stipes Empreendimentos, em 01 de junho de 2022, formalizou proposta de

doação da porção do imóvel ocupado pela comunidade para a Associação de Moradores para fins de regularização fundiária, a fim de encerrar a lide e o processo falimentar.

Ao final de 2024, em uma reviravolta, o Estado do Paraná, através de sua Procuradoria Geral, entrou em contato com a Massa Falida e a Associação de Moradores com a intenção de receber o imóvel para fins de regularização fundiária urbana de interesse social, não sendo mais necessário o pagamento de ITCMD em razão da transferência da propriedade.

A doação do imóvel foi autorizada pelo juízo falimentar em dezembro de 2025, atualmente o processo aguarda a realização dos trâmites administrativos para formalização da doação da Massa Falida para o Estado do Paraná. **O caso consiste hoje em uma experiência interessante a ser observada e de ter feito parte de sua construção, não apenas por apresentar uma resolução negociada do conflito possessório via TJ-PR, mas por inserir a discussão sobre as possibilidades de propriedade coletiva.**



2.2.3 Dona Cida

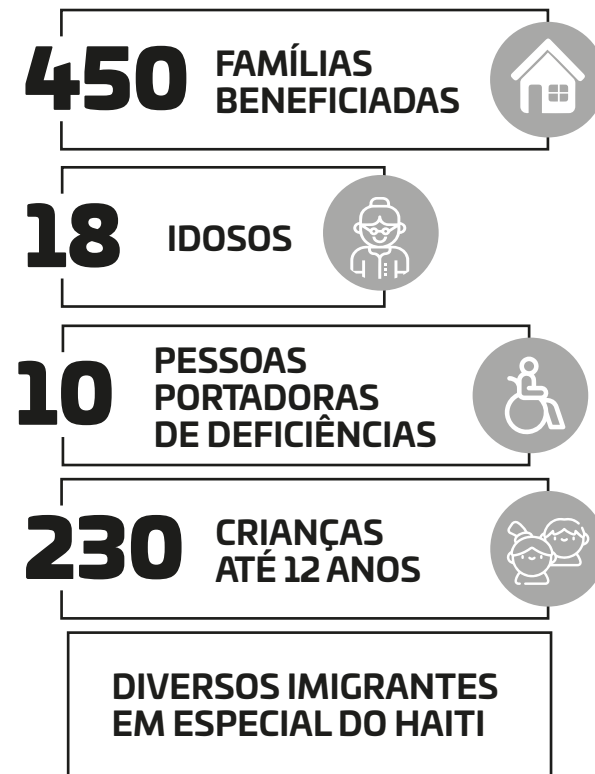
A comunidade Dona Cida, conformou-se em setembro de 2016 sobre área situada à Estrada Velha do Barigui, sobre dois terrenos lindeiros de propriedade privada, o que deu origem a três ações judiciais que tramitam em conexão.

Com o decorrer dos anos e a situação de consolidação, os proprietários solicitaram a conversão da ação possessória em ação indenizatória (desapropriação indireta), considerando a legítima expectativa de todos os envolvidos na lide em solucionar o conflito com a manutenção das famílias na área e as ações positivas do poder público que garantiram a permanência da comunidade na área.

O juízo deferiu a conversão, determinando o ingresso da Prefeitura de Curitiba no polo passivo da lide, o que foi confirmado pelo Tribunal após recurso da Procuradora. Atualmente, as ações indenizatórias passam pela nomeação de perito e realização da perícia a fim de auferir o valor monetário da área.

Tal qual nos outros casos, não subsiste pretensão de reintegração de posse. O diferencial no presente processo consiste no fato de que os próprios autores compreenderam a inviabilidade de efetuar a reintegração de posse diante da consolidação da área. Assim, a defesa jurídica dos proprietários e dos moradores adotaram estratégias condizentes, considerando que o poder público deve ser o principal responsável em solucionar a questão, por tratar-se de interesse social.

Em paralelo às ações, em parceria com o grupo de extensão Plantear da UFPR, tem se tratado do levantamento de dados para viabilizar a instauração do procedimento da Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social na comunidade.



2.3 Chacrinha

Vila Esperança

Localizada no bairro Alto Boqueirão, a comunidade conformou-se sobre imóvel particular, sendo que parte dos moradores adquiriram a área informalmente de Cecília e Wenuto Milhoreto, que por sua vez a adquiriram por meio do processo de usucapião nº 27/1998.

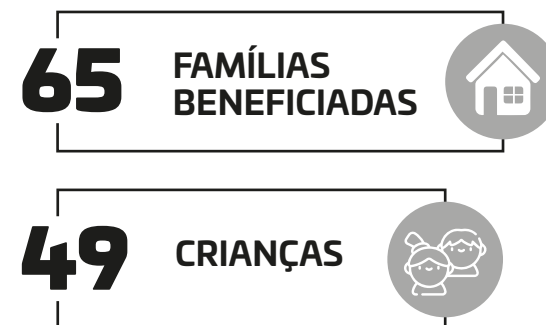
O caso encontra-se judicializado através do autos de nº8800-96.2014.8.16.0004, sem que se discuta a possibilidade de regularização fundiária da área. O Instituto solicitou a habilitação nos autos a fim de acompanhar a perícia a ser realizada para análise dos aspectos socioambientais do local.

Apesar de tratar-se de área de ocupação antiga, ainda que com processo de adensamento populacional mais recente (a partir de 2009), a comunidade não conta com qualquer tipo de infraestrutura, como pavimentação e conta com acesso a água e luz precários, não sendo atendida pela rede de saneamento. As casas não contam com numeração predial oficial e não há acesso à correspondência.

O acesso principal da comunidade passa por outra área de ocupação informal, a Vila Pantanal, sendo dois núcleos distintos de ocupação. Para chegar a comunidade é necessário percorrer aproximadamente 1.2 quilômetros por caminho não pavimentado, sem iluminação e sem trânsito de pessoas, razão pela qual muitas crianças eventualmente deixam de ir à escola por dificuldades ocasionadas pela chuva, ou mesmo por receio dos pais, pelo fato de tratar-se de caminho perigoso.

Destaca-se a demanda pela formalização de associação de moradores para representação e reivindicação de melhorias perante o Poder Público. Após um longo caminho de burocracias e problemas com cartórios registradores, no ano de 2023 o Instituto logrou finalizar a formalização da Associação de Moradores Chacrinha - Vila Esperança, sendo uma das primeiras conquistas da atuação na área. Ao longo de 2024, o Instituto manteve-se atuando na defesa da permanência da comunidade na área e em especial, na luta pela qualificação do fornecimento de serviços básicos para a área.

Em 2025, o Instituto **passou a formalmente representar a Associação de Moradores na Ação Civil Pública** mencionada anteriormente com o objetivo de demonstrar como **para além do conflito ambiental existe um conflito social com relação ao provimento de moradias adequadas para os moradores da comunidade**, pleiteando que o caso seja encaminhado à Comissão de Soluções Fundiárias do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.



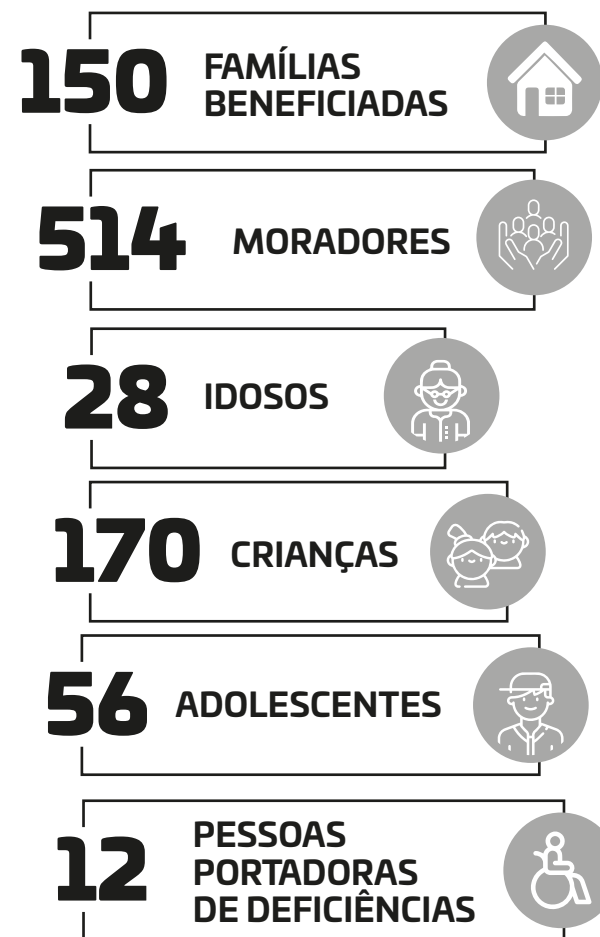
2.4 Elza Soares

A comunidade Elza Soares surgiu pela ocupação de conjunto habitacional abandonado, construído no bojo do Programa Minha Casa Minha Vida. A demanda da comunidade chegou ao IDP por meio do MST, que colabora para a organização comunitária dos moradores. O Conjunto Habitacional Palmas XI foi iniciado em 2013 e previa a construção de 126 casas que seriam concluídas em 2014, no entanto, por problemas com a construtora licitada, o empreendimento permaneceu abandonado até o ano de 2017, quando foi ocupado por famílias de baixa renda e sem alternativa habitacional.

O Fundo De Arrendamento Residencial - FAR representado pelo Banco do Brasil ajuizou ação de reintegração de posse contra as famílias quatro meses após a ocupação do conjunto em questão. O processo permaneceu inerte até o ano de 2022, quando o Instituto passou a atuar na defesa jurídica. O caso foi remetido para a Comissão de Soluções Fundiárias do Tribunal de Justiça do Paraná, tendo sido realizadas audiências de conciliação através do CEJUSC.

As audiências resultaram na proposta de acordo entre as partes pela qual haverá a desmobilização do Conjunto Habitacional do FAR para o Município de Palmas. Ao final de 2025, foram concluídas as tratativas internas no âmbito do FAR para formalizar o procedimento, cuja autorização passou a estar prevista na Portaria MCID nº 1.645 de 20/12/2023, a qual altera a Portaria MCID nº 114 de 09/02/2018, e seu Anexo I.

O imóvel será destinado à habitação de interesse social, com desmobilização autorizada via ofício 159/2025/SNH/MCID de 02/06/2025 pelo Ministério das Cidades e manifestação de interesse pelo município de Palmas/PR por meio dos Ofícios 27/2025 GAB de 21/02/2025 e 68/2025 GAB de 08/05/2025. No início de 2026 o Município de Palmas informou que os trâmites administrativos estavam para ser finalizados, concluindo assim com o negociado em audiência.



2.5 Rio Negro

A partir da parceria com o Movimento Popular por Moradia, o Instituto entrou em contato com os moradores da comunidade Rio Negro, localizada na cidade de Araucária no Paraná. A comunidade enfrenta um processo de reintegração de posse de 2009, já tendo superado a discussão sobre a remoção das comunidades localizadas na área reivindicada, passando por algumas tentativas de regularização fundiárias através de empresas privadas.

A comunidade Rio Negro está localizada sobre uma área de proteção ambiental (APA do Passaúna) próxima a represa do Passaúna. Algumas das residências da comunidade sofrem com constantes alagamentos em razão das chuvas e da proximidade com o leito do rio que perpassa a área.

Em razão de sua localização, o processo de regularização fundiária exige alguns procedimentos específicos no que diz respeito às áreas de vulnerabilidade ambiental, o que implica na realocação de alguns de seus moradores. Essas questões foram tratadas no bojo do processo judicial, que conta com o envolvimento da administração pública municipal.

O Instituto vem atuando no caso a partir da perspectiva da regularização fundiária da comunidade e da realocação digna dos moradores em áreas de risco. Em 2025 o Instituto pediu a habilitação nos autos em nome da Associação de Moradores, esse pedido foi negado em mais de uma ocasião. Frente à negativa, o Instituto interpôs recurso na tentativa de fazer com que a Associação seja devidamente representada nos autos, ainda aguardando a decisão do agravo.



2.6 Litigância Estratégica

O litígio estratégico é um mecanismo para a defesa e promoção de direitos humanos, pelo qual é possível alcançar mudanças estruturais através de ações judiciais propostas a partir de casos concretos. Essas ações devem ser pensadas com o objetivo de barrar retrocessos e assegurar direitos já previstos de modo a engajar o poder judiciário na discussão sobre garantias de direitos humanos básicos.

Verificou-se a existência de muitas demandas coletivas que poderiam ser providas nas comunidades acompanhadas pelo Instituto, mas que estavam longe de ser efetivadas. Em sua grande maioria, são demandas de direitos sociais básicos e direitos humanos, que em muitos casos já deveriam ser garantidas e em outros ainda poderiam ser previstas pelo poder público.

Até o momento, dentre as ações pensadas pela equipe do Instituto, seguimos acompanhando a ação civil pública de 2024 que busca suspender a emissão de licenças para um aterro sanitário localizado na cidade que está funcionando irregularmente há mais de dez anos, gerando impactos socioambientais imensuráveis para a população e o meio ambiente.

2.6.1 Ação Civil Pública Essencis

Como já é de conhecimento geral, o aterro sanitário mantido pela empresa Solví Essencis S.A na Cidade Industrial de Curitiba tem gerado incômodo para toda a população de Curitiba. A problemática do impacto socioambiental causado pela manutenção de aterros sanitários não é exclusiva de Curitiba e do Estado do Paraná. Por todo o Brasil cidades têm enfrentado essa questão e precisam com urgência adentrar no debate sobre o desenvolvimento e efetivação de alternativas para a deposição de resíduos sólidos.

Esse incômodo e impactos sofridos diretamente pelos moradores das ocupações Dona Cida, 29 de março, Nova Primavera e Tiradentes, representados através de suas associações, foi o principal motivador que levou o Instituto a elaborar o estudo sobre o funcionamento do aterro e posteriormente a ação civil pública sobre a qual passaremos a tratar neste tópico.

Para além dos relatos feitos pelos moradores das ocupações da CIC, a situação do aterro sanitário chamou a atenção de outras organizações atuantes em Curitiba. O Movimento Popular por Moradia, o Centro de Assistência Social Divina Misericórdia, a Rede Curitiba Climática e o mandato do Deputado Goura Nataraj também expressaram suas preocupações com relação ao funcionamento do aterro sanitário.

O engajamento desses e outros atores, levou a criação de campanhas que realizaram diversas ações durante o ano para denunciar a irregularidade das operações do aterro sanitário e cobrar o poder público por providências. Diante dessas articulações e a partir de Estudo realizado no ano de 2023 pelo Cidadania e Território sobre a situação do Aterro Sanitário, foi elaborada uma Ação Civil Pública com o objetivo de suspender a emissão de licenças de operação visando o cumprimento do prazo de encerramento das atividades do aterro pela empresa.



Essa ação está dentro do escopo de litigância estratégica do Instituto, cujo objetivo é promover mudanças estruturais coletivas que podem ser viabilizadas através do poder judiciário. A ação foi ajuizada em setembro de 2024, atualmente o processo encontra-se em sede de segundo grau para reavaliação das decisões liminares que não concederam os pedidos formulados pelo Instituto em sede de antecipação de tutela.

No momento de ajuizamento da ação, foi realizada em conjunto uma estratégia de comunicação em parceria com a Campanha Fora Essencis, que gerou a elaboração e divulgação de um vídeo e outros materiais explicativos sobre a situação do aterro sanitário da Essencis, mas também sobre as regulamentações existentes sobre aterros sanitários em geral e a necessidade de adequações nos procedimentos para deposição de resíduos sólidos nas cidades.

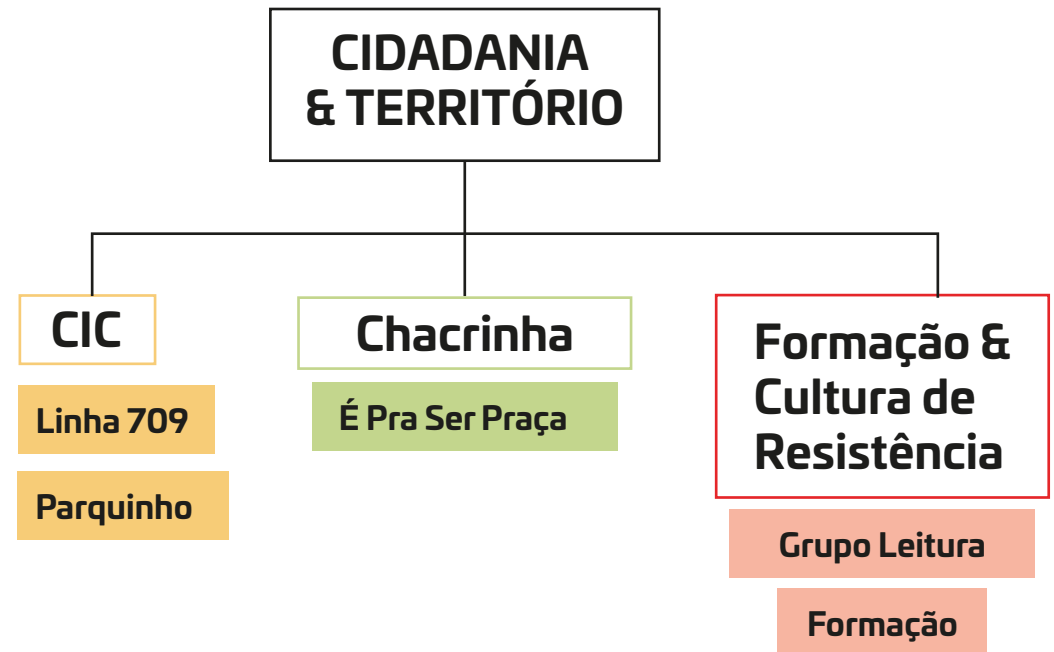




3. Projetos

3.1 Cidadania & Território

Organograma



3.1.1 C&T CIC

LINHA 709 - Vila Tiradentes / CIC

Em dezembro de 2022, o Instituto Democracia Popular, por meio do projeto Cidadania e Território, apresentou um estudo e iniciou tratativas junto à Regional CIC da Prefeitura de Curitiba, pleiteando melhorias nas rotas e na infraestrutura do transporte coletivo que atende à Cidade Industrial de Curitiba, em particular as proximidades de onde estão localizadas as comunidades Nova Primavera, Dona Cida, 29 de Março e Tiradentes.

Recentemente, a Prefeitura Municipal de Curitiba comunicou a **readequação de uma linha já existente (668 - Casa de Custódia), que passará a se chamar 709 - Vila Tiradentes/CIC e atenderá de forma mais adequada à demanda dos moradores das comunidades da região**, atendendo parcialmente às reivindicações apresentadas. **Trata-se de mais uma vitória popular conquistada pelos moradores das Ocupações da CIC, com assessoria do Instituto Democracia Popular.**

Mutirão limpeza e atividade no parquinho



Em 2025, foi realizado um mutirão de limpeza no Parquinho Izabelly Alexandra Mariano, projetado e executado pelo Cidadania & Território ao longo de 2023 e 2024, na comunidade Dona Cida (CIC). Durante a ação foi também ministrada oficina de arte para as crianças, com o objetivo de desenvolver o senso de pertencimento e responsabilidade com o espaço. Participaram da atividade moradores da Dona Cida, integrantes e voluntários do projeto Cidadania & Território.

3.1.2 C&T CHACRINHA

É pra ser Praça

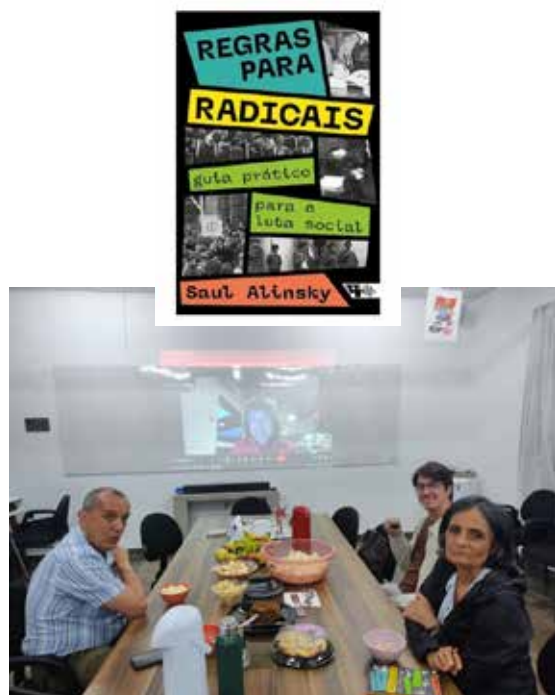
Ao longo do processo de assessoria jurídica da comunidade Chacrinha Vila Esperança, o IDP por meio do projeto Cidadania & Território desempenha junto ao corpo de voluntários diversas frentes de assessoria técnica, para co-criar junto à comunidade soluções a limitações e demandas coletivas. Entre elas se destacam as dificuldades de mobilidade e a falta de espaços seguros para as crianças brincarem. Em 2025, foram iniciadas as primeiras etapas para a construção de uma praça comunitária, com destaque para a Oficina de Projeto da Praça, ministrada pelos integrantes do projeto, que em dois espaços trabalharam as demandas e desejos de mães e crianças para o espaço, culminando na criação de maquetes da futura praça. Após a Oficina, arquitetas e engenheiras do C&T, iniciaram o desenho da praça, para quantificação de materiais e processos para sua construção.



Ainda em 2025, foi iniciada uma campanha de captação de recursos, em parceria com o mandato do deputado estadual Goura, conquistando a doação para a etapa de pavimentação da praça. Em 2026, daremos continuidade a captação de recursos financeiros e materiais para que a própria comunidade construa o espaço.

3.1.3 C&T FORMAÇÃO E CULTURA DE RESISTÊNCIA

Entre as finalidades originárias do projeto Cidadania & Território está a formação de seu quadro interno de integrantes e voluntários. Entre 2024 e 2025, o Núcleo Formação e Cultura de Resistência manteve um espaço permanente de formação com grupo de leitura e discussão, assim com na realização de eventos formativos como:



Encontros quinzenais de leitura e discussão do livro “Regras para Radicais” de Saul Alinsky;



Círculo de Cultura: circuito dominante e inferior; ministrado por Geraldo Pougy;



Formação em Educação Popular com Dr. Luiz Manoel Andrade Meneses

3.2 Nossa Bici

Em 2025, o projeto Nossa Bici - Sistema de Bicicletas Comunitárias da Chacrinha Vila Esperança criado e implantado em 2024, teve alguns desdobramentos:

Mutirão manutenção

Previsto no edital de fomento do projeto, do Fundo de Solidariedade da Arquidiocese de Curitiba, o mutirão de manutenção das bicicletas constava como uma última etapa de acompanhamento do projeto. Participaram do mutirão integrantes, voluntários do projeto e moradores da comunidade. No dia foi exibido para a comunidade um corte do curta-documentário do projeto, assim como as últimas gravações do mesmo, para captar junto aos moradores o andamento e impactos do projeto.



Lançamento do Curta Documentário Nossa Bici.

Também parte das entregas previstas do edital de fomento do projeto, estava a realização de um curta documentário que registra toda a execução e implantação do Nossa Bici. O documentário dirigido por Luana Muniz, foi lançado no Cine Passeio, no centro de Curitiba, momento do qual participaram moradores da comunidade, integrantes e voluntários do projeto, que lotaram a Sala Xavier Valêncio. A exibição ocorreu no dia 18 de Outubro de 2025, junto ao lançamento da captação de recursos para o projeto “É pra ser Praça”, também da Comunidade Chacrinha.

Premiações Nossa Bici

Ao longo de 2025, o projeto Nossa Bici foi inscrito em diversos prêmios, tanto referentes a Ciclomobilidade como Design, Direitos Humanos e áreas afins, quais tivemos êxito em três deles:

Paraná Bici

Premiado como **iniciativa socio-ambiental que promove a ciclomobilidade**, no Seminário Parananense de Ciclomobilidade e Cicloturismo realizado em parceria pela Escola do Legislativo da ALEP, a embaixada da Holanda e pelo mandato do deputado Goura.

Design For a Better World

Premiado na categoria **Design de Serviço** com o troféu Curupira. Em evento organizado pelo Centro Brasil Design.

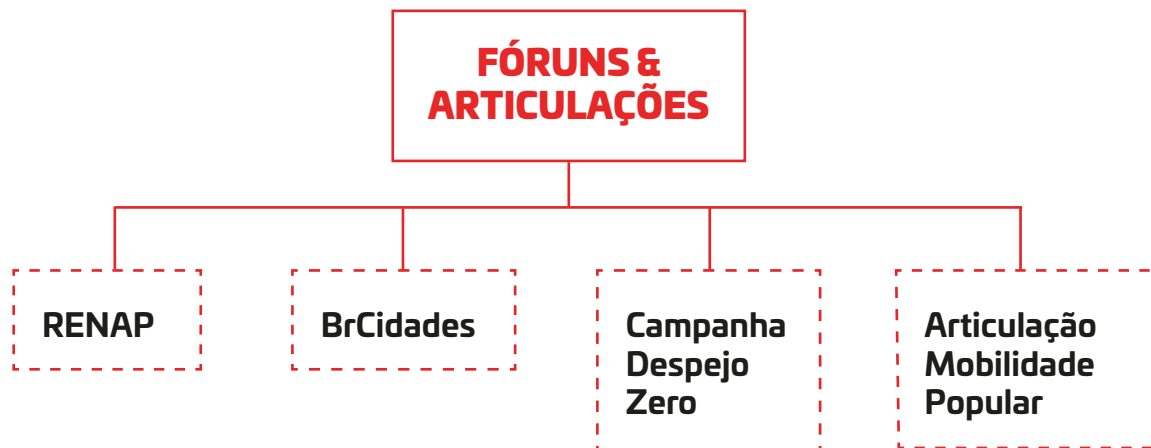


Programa Bicicleta Brasil

Classificado em **1º Lugar na categoria Fomento da Cultura da Bicicleta**, o Nossa Bici obteve o **Selo de certificação do Bicicleta Brasil** e prêmio de R\$50.000,00 a fundo perdido pela realização do projeto. O Programa Bicicleta Brasil é realizado pelo Ministério das Cidades e contou com a inscrição de mais de 500 projetos de todo o país. O evento de premiação ocorrerá no mês de março de 2026, em Brasília.



4. Fóruns e articulações



4.1 RENAP

A Rede Nacional de Advogados Populares é uma articulação descentralizada, não-hierárquica e de abrangência nacional, cujo objetivo é a promoção do debate político-jurídico, a prestação de assessoria jurídica aos movimentos sociais e o resgate de uma advocacia voltada ao interesse das causas populares. A Rede surgiu como resposta à demanda dos movimentos sociais que clamavam por uma organização que articulasse e qualificasse os esforços de advogadas e advogados espalhados por todo o território brasileiro em diferentes matérias do direito.

A RENAP continua a organizar encontros estaduais e nacionais, publicar Cadernos, promover oficinas e eventos, estimular a troca de teses jurídicas e jurisprudência, e o debate jurídico crítico no Brasil. É um espaço de referência para a advocacia popular, no campo da formação técnica, política e trocas de experiências.



O Instituto segue acompanhando as reuniões organizadas pelo núcleo nacional da RENAP para dar sequência em sua participação no próximo encontro de articuladores e no encontro nacional a ser realizado no segundo semestre de 2026. Em uma das tarefas assumidas ainda no encontro de 2024, no decorrer do ano de 2025, a assessora jurídica do Instituto passou a representar a RENAP na Comissão Permanente de Direito da Cidade do Conselho Nacional de Direitos Humanos.

4.1.1 RENAP/PR Contra Retrocessos de Gênero

No primeiro semestre de 2025, em decorrência dos debates realizados no encontro nacional da rede em 2024, a articulação da RENAP/PR promoveu um encontro formativo para debater questões de gênero que tem perpassado o judiciário e são de suma importância para a atuação em especial das advogadas populares que compõem a rede.

Foram convidadas advogadas e profissionais de outras áreas de conhecimento que trouxeram pontos importante acerca das alterações legislativas quanto as possibilidades de aborto para meninas e mulheres, assim como alterações que estão sendo previstas para o novo Código de Civil que envolvem questões patrimoniais e constituição familiar.

No momento de debates também foram trazidas algumas experiências pessoais enfrentadas pelas mulheres advogadas que compõem a rede no exercício de sua profissão, e que precisam e podem ser melhoradas.



The poster is for a meeting titled "RENAP/PR CONTRA RETROCESSOS DE GÊNERO". It features a row of stylized white figures at the top. The main title is in large, bold, white letters on a dark blue background. To the right, a white box contains the subtitle "diálogos sobre a advocacia popular na defesa dos direitos sexuais e reprodutivos". Below the title, there are five circular portraits of the speakers: Giovanna Menezes, Isabel Cortes, Ligia Zigiotti, Marina Poniwas, and Valéria Fiori. At the bottom, a dark blue banner displays the date and time: "TERÇA 17/06 18h30 no IDP". To the right of the banner, the address "Rua Alm. Gonçalves, nº 2100 - Rebouças Curitiba (PR)" is listed. The logos for "DEMOCRACIA POPULAR" and "RENAP" are at the bottom.

RENAP/PR CONTRA RETROCESSOS DE GÊNERO:

diálogos sobre a advocacia popular na defesa dos direitos sexuais e reprodutivos

Giovanna Menezes, Isabel Cortes, Ligia Zigiotti, Marina Poniwas, Valéria Fiori

TERÇA 17/06 18h30 no IDP

Rua Alm. Gonçalves, nº 2100 - Rebouças Curitiba (PR)

DEMOCRACIA POPULAR, RENAP

4.1.2 Encontro Estadual RENAP

Em setembro de 2025, a Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (RENAP) Paraná realizou um encontro marcante na sede do IDP para celebrar os 30 anos de história que a Rede completa em 2025. O evento foi um ponto de reencontro e articulação, reunindo advogadas e advogados populares que assessoram os movimentos sociais, e estudantes e profissionais do Direito engajados no enfrentamento das injustiças sociais, ambientais, raciais e de gênero.

Tivemos a honra de ouvir Darcy Frigo, um dos fundadores da RENAP, que nos guiou em um mergulho no processo de construção da Rede e detalhou os desafios cruciais que a advocacia popular precisa encarar em todo o Brasil. Muitos outros integrantes da Rede também contribuíram com suas experiências de atuação trazendo aspectos de como a RENAP contribui para sua formação e como sua forma orgânica de construção fortaleceu o apoio entre advogados em diferentes causas no estado ao longo dos anos.



Com mais este encontro a Rede se fortalece para retomada de suas reuniões visando o resgate da memória da assessoria jurídica popular e análises de conjuntura para melhor auxiliar os movimentos sociais assessorados pelas advogadas e advogados que compõem a rede.

4.1.3 Encontro Nacional RENAP

Em outubro de 2025 o Instituto Democracia Popular esteve presente no 29º Encontro da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares em Salvador, Bahia. O encontro reuniu advogados populares de ao menos 20 estados de todo o país para discussão de pautas urgentes para os movimentos sociais, como os conflitos fundiários, raça/classe/gênero.

O evento celebrou os 30 anos da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAP) e homenageou Eugênio Lyra. A abertura oficial ocorreu na OAB, com o debate "A Importância da Advocacia Popular na Defesa dos Direitos Humanos e Territoriais", seguida de uma festa comemorativa.

As discussões centrais se deram em mesas temáticas sobre análise de conjuntura; sobre o histórico da rede; e sobre violência e território debatendo racismo, criminalização e violência contra comunidades.

Também foram realizadas Oficinas Temáticas, com os seguintes temas: Criminalização dos Movimentos Sociais; Declaração de Direitos dos Camponeses e Camponesas; Conflitos Socioambientais e Colonialismo Químico; Educação Jurídica Popular; Desafios e Estratégias de Proteção a Defensores de Direitos Humanos; Regularização Fundiária e Restauração Ambiental em Assentamentos. Além disso, houve espaços de auto-organizados para discutir raça, branquitude LGBTQIA+, Gênero e Masculinidades.

O encontro contou com uma noite de lançamentos de obras relevantes para o setor, incluindo o dossiê sobre advocacia popular na América Latina (IPDMS/Revista Insurgência); publicações sobre litígios estratégicos no MATOPIBA e conflitos sociojurídicos no Rio de Janeiro e a exibição do documentário "Não é só uma Terra ... Nada Paga a Vida que Temos Aqui".

Os dias finais foram dedicados à articulação política interna, com reuniões das regiões, das AJUP's (Assessorias Jurídicas Populares) e uma plenária sobre os "Possíveis Caminhos para a RENAP". O evento foi encerrado com a apresentação da Carta Final e avaliação coletiva.



4.2 BrCidades

O BrCidades é uma rede nacional de pessoas e organizações que atuam por cidades mais justas, democráticas e sustentáveis no Brasil, visando a reforma urbana popular, articulamos pesquisa, ativismo e políticas públicas. A rede luta por um projeto de transformação radical da sociedade que enfrente as desigualdades estruturais materializadas no território, postamos na centralidade do espaço urbano como campo de disputa política, onde as contradições fundamentais do capitalismo brasileiro ganham corpo.

Algumas das ações da rede se constituem no desenvolvimento dos cadernos locais de saúde coletiva e direito à cidade, através de oficinas e diálogos com as comunidades; oficinas; fortalecimento interno do núcleo; debates em geral; estudos, debates e incidência com relação à nova concessão de transporte público.

4.2.1 Fórum Nacional Reforma Urbana



Nos dias 01 a 03 de agosto, a assessora jurídica do Instituto participou do IV Fórum Nacional pela Reforma Urbana do BrCidades, realizado na Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema/SP. O Instituto Democracia Popular compõe o Núcleo BrCidades Curitiba, que teve uma participação super expressiva neste Fórum.

Durante os dias de atividade foram discutidos temas cruciais como a financeirização das cidades, os megaprojetos urbanos que visam lucros empresariais e a segregação socioespacial que aprofunda as desigualdades e privatiza espaços que deveriam ser de todos. Combater o racismo estrutural na segregação urbana foi definido como uma das pautas urgentes, garantindo acesso a direitos básicos para a população negra e periférica.

O IV Fórum Nacional BrCidades foi um chamado poderoso para unirmos forças e resistirmos às ofensivas do capital, construindo um projeto concreto para o futuro das nossas cidades e territórios.

4.3 Campanha Despejo Zero

A Campanha Nacional Despejo Zero, lançada no mês de junho de 2020 por movimentos e organizações sociais, foi responsável por auxiliar dezenas de famílias pelo país durante a pandemia de coronavírus. No Paraná, a iniciativa envolveu ocupações do campo e da cidade para reivindicar o fim dos despejos forçados e a regularização fundiária das áreas ocupadas em meio urbano e rural no Estado.

Como forma de dialogar com o Poder Público acerca das pautas das comunidades, foram realizadas diversas reuniões de negociação com autoridades das mais diversas instâncias como TJ-PR, MP-PR, DPE, parlamentares e representantes dos poderes executivo municipal e estadual. As reuniões foram acompanhadas por marchas de caráter massivo com presença de moradores das 21 (vinte e uma) ocupações urbanas de Curitiba e Região, e 90 (noventa) acampamentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O Instituto Democracia Popular contribuiu para a redação e organização das pautas apresentadas para as autoridades, bem como na organização e repasses para as comunidades assessoradas. No início de 2024 foi dada sequência a realização de audiências públicas periódicas com o objetivo de fortalecer a reivindicação pelo Despejo Zero, e buscar maior comprometimento por parte das autoridades do Poder Público com a pauta. Além das audiências públicas, a campanha manteve um cronograma de reuniões internas para discutir demandas urgentes de ocupações no Estado.

No decorrer do ano de 2025, o Instituto passou a ter uma participação mais expressiva nas reuniões de âmbito nacional da campanha. A partir disso foi possível a contribuição para elaboração do relatório de 5 anos da Campanha Despejo Zero e organização do Seminário de Soluções Fundiárias que aconteceu em Brasília no mês de setembro.



5.200
FAMÍLIAS
BENEFICIADAS

em Curitiba e
Região Metropolitana.

4.3.1 Seminário Soluções Fundiárias

A Campanha Despejo Zero se reuniu em Brasília entre 15 e 17 de setembro para celebrar 5 anos de muito trabalho e importantes conquistas. Celebramos a soberania, que não existe sem terra e moradia; a suspensão de cada despejo que assegura a permanência de famílias em seu local de moradia e sobrevivência; as decisões em torno da ADPF 828, que suspendeu os despejos durante a pandemia, e a Resolução 510 do CNJ, sobre as comissões de soluções fundiárias em todo o Brasil. O evento reforçou a unidade do campo e da cidade na luta por terra e moradia e a necessidade de seguir lutando por políticas públicas na garantia de direitos fundamentais.

No primeiro dia de evento foi apresentado o balanço atualizado dos dados e atividades da Campanha, que podem ser acessados por meio do relatório desenvolvido e disponível nas redes sociais da Campanha. A assessora jurídica do Instituto, contribuiu com o levantamento de dados referente ao Estado do Paraná.

Depois de quase 3 anos de diálogo com o governo de transição e o Governo Lula, o Governo Federal anunciou, durante o evento a criação da Coordenação de Conflitos Fundiários Urbanos, na Secretaria Nacional de Periferias do Ministério das Cidades (cujas portarias ainda não foram publicadas), e o Programa +Justiça Socioambiental, no âmbito da Secretaria Nacional de Acesso à Justiça, do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Portaria Nº 15/2025). A criação dessas medidas é um avanço importante, ainda que tardio. Seguiremos contribuindo e monitorando a atuação do Governo Federal para ampliar e fortalecer essas iniciativas, que ainda parecem enxutas diante do tamanho e complexidade do problema.

Nesse espaço, reivindicamos também o arcabouço institucional para uma atuação interministerial e coordenada, capaz de responder às demandas das mais de 2 milhões de pessoas afetadas por despejos e remoções forçadas no Brasil.



4.4 Articulação Mobilidade Popular



A Articulação Mobilidade Popular (AMP) mobiliza agendas em torno da mobilidade urbana em sua diversidade, em especial de ativistas da ciclomobilidade e de pesquisadores e militantes pelo transporte público coletivo e da tarifa zero. Em 2025, foram realizadas por integrantes da AMP as seguintes ações:

Atividades no Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ENANPUR

Oficina Entre Tubos e Canaletas

Visita técnica do sistema de transporte de Curitiba com foco em pesquisadores participantes do XXI ENANPUR. Durante a visita foi distribuída a cartilha

Mobilidade em Jogo: Caminhos para o SUM

A dinâmica discutiu a mobilidade pensando nos caminhos a serem traçados para o SUM (Sistema Único de Mobilidade) a partir de 4 temas:

- Justiça Social com Paique Santarém
- Planejamento de Mobilidade com Jessica Lima
- Financiamento e Modelos de Tarifa Zero com Daniel Santini
- Mobilidade Ativa com Mariana Brito Melendez

A oficina foi uma oportunidade de juntar pessoas das mais diversas áreas de pesquisa e lugares do país para discutir de forma multidisciplinar a mobilidade.

Oficina Temática: Mobilidade e Saúde - Comunidade Graciosa

A oficina foi ministrada por integrantes da AMP em conjunto com integrantes do BR Cidades com o intuito de formar e mobilizar a comunidade em torno das questões e relações da mobilidade urbana com a saúde pública. Ao longo da oficina foram mapeados problemas e pontos críticos enfrentados pela comunidade em seu cotidiano bem como a elaboração coletiva de possíveis soluções para as questões levantadas.

Mobilidade em Jogo: Se essa rua fosse Minha - UTFPR

Desenvolvido pela AMP – Articulação Mobilidade Popular e pela Rede La Base, o “Mobilidade em Jogo: Se essa rua fosse Minha” coloca os participantes na pele de diversos atores sociais (prefeito, vereador, comerciante, motorista, ciclista, etc.). Cada papel possui objetivos declarados e, muitas vezes, agendas ocultas. A dinâmica simula as negociações, disputas e contradições inerentes à convivência e à ocupação do espaço público por interesses distintos. A atividade foi realizada por integrantes da AMP para a disciplina de Estética das Qualidades Relacionais do Mestrado em Design Prospectivo da UTFPR.



Articulação de mobilização e incidência no processo de elaboração do edital da nova concessão de transporte público de Curitiba

Ao longo de 2025, integrantes da AMP atuaram ativamente na mobilização para a incidência popular na nova licitação de transporte. Enfrentando as adversidades que limitavam a participação popular no processo, a AMP junto a Frente Tarifa Zero de Curitiba mobilizou o Fórum do Transporte Coletivo de Curitiba e Região Metropolitana, com a realização rodas de conversas públicas para debaterem os procedimentos de elaboração do SIM - SISTEMA INTEGRADO DE MOBILIDADE. Culminando na elaboração de uma carta manifesto com questionamentos sobre a falta de transparência e também quesitos técnicos do procedimento, apresentada na Audiência Pública realizada pela URBS em outubro de 2025.



5. Campanhas e ações

5.1 Direito e Saúde Trabalhadores

Assembleia AGETTRAN

Em 2025, tivemos a oportunidade de sediar a assembleia de fundação da AGETTRAN – Associação dos Agentes de Trânsito, e seguimos acompanhando de perto as pautas e demandas da categoria. Um dos principais pontos levantados foi a urgente necessidade de um Plano de Cargos e Salários que valorize esses profissionais, muitas vezes invisibilizados no quadro dos servidores públicos.

A categoria dos agentes de trânsito é estratégica para garantir o acesso à cidade, a segurança no trânsito, a participação democrática e a dignidade no trabalho — valores que são também centrais para o Instituto Democracia Popular.

Essa atuação se insere diretamente nos nossos eixos de atuação, uma vez que têm como missão fortalecer a classe trabalhadora por meio da defesa



de seus direitos sociais. Apostamos na formação, na pesquisa e no diálogo com diferentes setores para promover uma transformação coletiva — com protagonismo popular, justiça social e respeito aos direitos humanos.

5.2 Socioambiental

CEPEDIS - Curitiba entre o mito e a margem

A participação do Instituto Democracia Popular na programação do XII Congresso Brasileiro de Direito Socioambiental e XII Congresso da Rede Latino-Americana de Antropologia Jurídica (RELAJU) marcou a abertura do debate urbano no bojo da pesquisa acadêmica sobre Direito Socioambiental.

O Instituto apresentou e teve aprovada a proposta de uma mesa de discussão intitulada “Curitiba entre o Mito e a Margem: Ocupações Populares e Contradições Socioambientais”. A discussão, encabeçada por Mariana Marques Auler, advogada do IDP, propôs uma reflexão crítica sobre as contradições socioambientais do modelo de urbanismo consagrado em Curitiba, cidade frequentemente citada como referência em planejamento urbano.

A partir da experiência do IDP com a realidade das ocupações populares em áreas ambientalmente sensíveis, como áreas de preservação permanente e regiões sujeitas a alagamentos, foi

discutido como a lógica do mercado e a seletividade territorial empurram populações vulneráveis para territórios de risco.

Ainda, com a presença de Paulo Bearzotti Filho, da coordenação do Movimento Popular por Moradia, a mesa abordou o papel dos movimentos sociais por moradia na disputa pelo direito à cidade.

As falas confrontaram a imagem oficial de Curitiba com as dinâmicas reais de exclusão, resistência e produção do espaço urbano na capital paranaense.

A presença do IDP no evento foi crucial não apenas para marcar a entrada do Instituto em importantes espaços de debate acadêmico, mas também para garantir que o tema da cidade fosse inserido de forma central na discussão socioambiental nacional. O congresso acolheu a mesa proposta pelo IDP, consolidando a pauta urbana e as contradições dela decorrentes como um ponto de inflexão essencial para o direito socioambiental.



O Instituto, ao encabeçar esta discussão, posicionou-se como agente fundamental na interconexão entre as lutas pelo direito à cidade e a justiça socioambiental.

Fórum das Araucárias

O Instituto Democracia Popular participou do 1º Fórum das Araucárias, um evento que congregou a juventude paranaense em torno da temática da justiça climática, realizado nos dias 26 e 27 de setembro de 2025, no edifício histórico da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Nossa contribuição se deu na roda de conversa sobre Desenvolvimento Urbano, na qual se debateu a conexão intrínseca entre justiça climática e social. Para o IDP, o direito à moradia é um fator indissociável do futuro do planeta. Defendemos a construção de um futuro digno, que assegure moradia, acesso a luz e água, transporte público, infraestrutura urbana e equipamentos sociais, como escola e parquinho, para toda a população.

Os debates desenvolvidos durante o Fórum culminaram na elaboração do "Manifesto Climático", um documento que consolida as reivindicações da juventude de todo o Paraná. Este manifesto foi apresentado à representação jovem na 30ª Conferência das Nações Unidas sobre

Mudança do Clima (COP30), em Belém; e o IDP, junto a diversas outras organizações comprometidas com o futuro do planeta, teve sua assinatura levada aos importantes diálogos que ocorreram na capital do Pará.

A participação neste evento reforça a relevância de um debate que sempre esteve no cerne da atuação do IDP, destacando que as demandas socioambientais dos territórios em que atuamos são parte essencial de nossa luta. Propusemos a reflexão da indissociabilidade dos temas de justiça climática e direito à cidade. A contribuição do IDP destacou a convergência entre a luta pelo clima e a luta pelas cidades, com especial destaque ao fato de que as comunidades vulneráveis que historicamente contribuíram menos para a atual mudança climática são desproporcionalmente afetadas.

Assim, ganhamos espaço dentro das discussões socioambientais e climáticas inerentes às disputas sociais e reafirmamos nosso posicionamento de que a luta pelo futuro do planeta só é válida se esse futuro for digno para todas as pessoas.



Oficina Projeto Adaptação

Essa oficina, tratou-se de um encontro promovido pelo Observatório das Metrópoles Núcleo Curitiba. O encontro reuniu gestores públicos, pesquisadores, organizações da sociedade civil e movimentos sociais para discutir um tema urgente: como incorporar a justiça climática e o combate ao racismo ambiental no planejamento das cidades.

A oficina teve como objetivo apresentar e debater o projeto Adaptação, desenvolvido no bojo do Ministério das Cidades do Governo Federal, que busca apoiar municípios na inclusão da agenda climática em suas políticas urbanas, promovendo cidades mais resistentes, sustentáveis e justas. Dois municípios do Paraná, Foz do Iguaçu e Pinhais, já foram selecionados em edital nacional.

As discussões reforçaram a necessidade de tratar a adaptação climática em escala metropolitana, superar limitações institucionais e articular a política de moradia com ações climáticas. Este projeto é uma parceria estratégica entre o Ministério das Cidades e a Universidade Federal

do Rio de Janeiro, envolvendo o IPPUR e o Observatório das Metrópoles. Seu objetivo é apoiar municípios a aprimorarem seu planejamento urbano, incorporando a perspectiva climática em políticas e instrumentos locais.

A roda de conversa foi enriquecedora, contando com a presença da Rede Curitiba Climática, da Frente de Organização de Trabalhadores e de representantes do corpo técnico dos municípios de Pinhais e Araucária.

O Instituto Democracia Popular contribuiu com o debate a partir da nossa experiência em assessoria jurídica popular, trazendo à tona o contexto dos territórios onde atuamos; as dificuldades enfrentadas pelas comunidades periféricas devido ao acentuamento da crise climática; e o negligenciamento pelo Poder Público de serviços essenciais para essa população.



das mudanças climáticas, com ênfase nas vulnerabilidades socioambientais, nas desigualdades territoriais e na necessidade de fortalecimento de políticas locais articuladas de adaptação, que incorporem a perspectiva da justiça climática.

Participaram da mesa:

- JÚLIA BLASIUS**
Prefeitura Municipal de Araucária
- LEONARDO FAVRETTO**
Prefeitura Municipal de Pinhais
- MILENE GIL**
Rede Curitiba Climática (RECC)
- JÚLIA BONNET**
Instituto Democracia Popular (IDP)
- LÍBINA ROCHA**
Instituto Democracia Popular (IDP)
- JANAYNA RODRIGUES**
Frente Organização dos Trabalhadores (FORT) e Projeto Saberes Sementes
- LAURA BERTOL**
Mediação - Rede AIPUAC - Núcleo Curitiba do Observatório das Metrópoles

IDP na Cop 30

Em novembro de 2025, a cidade de Belém foi palco de um dos eventos mais importantes do mundo quando se fala de mudanças climáticas. A 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), o maior encontro global para negociar ações contra o aquecimento global e implementação de metas do Acordo de Paris, pela primeira vez aconteceu no Brasil e na Amazônia. E o IDP esteve presente na capital paraense, participando de discussões do evento oficial e atuando junto da assessoria jurídica popular organizada para a Cúpula dos Povos.

Durante o evento, temas cruciais como o colapso dos ecossistemas, as demandas urgentes dos grupos mais vulneráveis e as propostas dos defensores ambientais permearam as discussões na capital paraense. Belém, inclusive, foi simbolicamente reconhecida como capital do Brasil durante a COP 30, conforme a Lei nº 15.251/2025.

Os espaços oficiais do evento foram de extrema importância para o desenrolar

das discussões; não obstante, a construção e troca de saberes que ocorreram nos espaços paralelos, organizados pela sociedade civil, se mostraram essenciais para demonstrar aos chefes de estado presentes as principais e mais urgentes demandas que ecoam do bioma amazônico.

O IDP esteve entre as organizações que ofereceu assessoria jurídica popular durante a Cúpula dos Povos, com a coordenação da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD), da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), da Terra de Direitos e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Estivemos presentes nas marchas que tomaram as ruas de Belém, com o objetivo de assegurar o amplo e irrestrito exercício do direito à manifestação, em consonância com a Constituição Federal e os tratados internacionais de direitos humanos.

A advocacia popular se mostrou como peça chave para o combate à crise climática, uma vez que realiza a defesa dos defensores do planeta, bem como daqueles mais afetados pelas consequências de um mundo capitalista em crise.



Na COP30, o IDP reafirmou que advogar é fazer mudar os padrões sistematizados de violações direitos, é também parte da luta comum pela existência de um futuro. Através da advocacia popular, o Instituto luta diariamente por um futuro que seja digno para todas as pessoas.

5.4 Incidência legislativa



5.4.1 Revisão Plano Diretor Curitiba

No ano de 2025 foi dado início, pela Prefeitura Municipal de Curitiba, ao processo de revisão do Plano Diretor da Cidade. A partir do mês de julho deu-se início a realização de oficinas comunitárias e as chamadas oficinas livres para coleta de dados que compõem a etapa de diagnóstico do plano.

A primeira audiência pública foi realizada em setembro, tendo sido dada sequência à segunda etapa de oficinas que integraram a etapa de propostas do Plano. A previsão para entrega da revisão do Plano Diretor é final de 2026.

5.4.2 Cartilha Criação Associações



Em 2025, foi lançada a cartilha “Como Criar uma Associação - Sua Importância na Organização Popular”, pelo mandato da Deputada Carol Dartora. O IDP colaborou com produções de texto, instruindo as etapas jurídicas da criação de associações.

5.4 Parcerias, apoios e contrapartida social

Documentário Tenha Fé nas Mulheres

Tenha Fé nas Mulheres é um documentário curta metragem que retrata a vida e luta de lideranças comunitárias e moradoras das comunidades Dona Cida e Tiradentes, ambas da Cidade Industrial de Curitiba. O projeto tem financiamento da Lei de Incentivo ao Audiovisual Paulo Gustavo, e conta com a parceria do IDP na articulação com as comunidades documentadas e na execução da contrapartida social. Em 2025, foram realizadas: Oficinas de Cinema para crianças e adolescentes das duas comunidades; Oficinas-Rodas de conversas com as mulheres das duas comunidades; e, Atividades formativas e recreativas para crianças das duas comunidades. O lançamento do documentário esta previsto para o segundo semestre de 2026.



Pangolim

O Pangolim, mais do que um clube de leitura, é um projeto cultural e social concebido com a missão de incentivar a leitura de forma criativa e pedagógica. Sua proposta central é possibilitar a formação de pequenos leitores, especificamente as crianças da Comunidade Tiradentes, mas também permitir que elas possam aplicar sua criticidade na leitura e interpretação de suas próprias realidades e contextos sociais.

O cerne do projeto reside na promoção de encontros dialógicos no formato de rodas de leitura. Estes encontros são desenhados para serem espaços de troca genuína, onde a literatura serve como ponto de partida para conversas significativas. Ao fomentar essa dinâmica, o projeto contribui ativamente para a construção de repertório cultural entre as crianças, ao mesmo tempo que as oferece um espaço para conversas sinceras que naturalmente surgem das páginas dos livros infantis lidos.

No ano de 2025, o Pangolim teve como público as crianças e adolescentes da Comunidade Tiradentes, localizada no bairro CIC. As atividades de leitura, escolhidas e guiadas por dois mestrandos do curso de Letras da UFPR, foram pensadas levando em consideração o contexto de vulnerabilidade social e educacional desse público.

O Pangolim se estabeleceu como uma ferramenta de transformação social e educacional, utilizando a literatura como instrumento de criatividade, imaginação, socialização e acolhimento.

Yoga Para Todos

Durante os meses de fevereiro e agosto de 2025, a integrante do projeto Cidadania & Território - Professora Hilda Maria Breckenfeld Reck, deu aulas de yoga na associação de moradores da comunidade Dona Cida, na CiC. Participaram das aulas mulheres, idosas e crianças. A iniciativa contou com o apoio do IDP.



Entre Palhaças e Bicicletas

O projeto Entre Palhaças e Bicicletas foi resultado de uma articulação de mulheres unidas pela organização do ato “Julieta Presente”. Em homenagem a vida de Julieta Hernandez e a particularidade de conexões que sua vida representava - mulher latina, cicloaviajante, bonequeira e palhaça - o projeto Entre Palhaças e Bicicletas tem como objetivo criar uma rede de formação, apoio e incentivo a mulheres artistas e ciclistas a enfrentarem os desafios dessa escolha de vida. O projeto foi aprovado por edital da fundação de cultura e teve como contrapartida social uma parceria com o IDP na realização de 2 oficinas: Oficina de Palhaçaria para crianças e de Mecânica Básica de Bicicletas ministradas para moradores da Comunidade Chacrinha-Vila Esperança.

APOIADORES

Desde sua fundação o Instituto Democracia Popular tem como mantenedor o escritório Filippetto Advogados. As atividades do instituto e seus projetos contam também com a doação recorrente do escritório Nuredin Advogados Associados, assim como doações esporádicas de outros apoiadores, sejam doações pontuais - específicas de cada projeto, como no caso das doações feitas para o projeto É PARA SER PRAÇA.

